

INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º: 212/2026 DGC/DOS/SEAP

Protocolo: 25.683.107-4

Assunto: Contratação Emergencial – Serviços de Apoio Administrativo

Senhor Chefe de Departamento,

Trata o presente de contratação direta, em caráter emergencial, de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Apoio Administrativo.

Em atenção a **Informação nº 261/2026-PGE/PRC**, mov. 136, informamos que o Departamento de Operações e Serviços (DOS) atendeu as recomendações e ressalvas sob sua responsabilidade.

Abaixo segue de forma resumida os apontamentos da PRC/PGE e as providencias tomadas pelo DOS para saneamento, ou os esclarecimentos necessários:

Apontamentos da PRC/PGE	PROVIDENCIAS
2.2. Da Dispensa de Licitação via Sistema de Registro de Preços	
<p>Todavia, conforme análise dos autos, a despeito dos documentos de adesão apresentados pelos órgãos participantes, verifica-se a ausência da documentação referente ao procedimento público de intenção de registro de preços ou, alternativamente, a apresentação de justificativa para afastar a realização da referida intenção.</p> <p>Sendo assim, recomenda-se que a SEAP providencie a abertura da Intenção de Registro de Preços, com base no inciso I do art. 292 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no caput do art. 86 da Lei nº 14.133/21, ou justifique a sua ausência, nos termos do § 1º do art. 292 do regulamento estadual.</p> <p>a) providenciar a abertura da Intenção de Registro de Preços, com base no inciso I do art. 292 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no caput do art. 86 da Lei nº 14.133/21, ou justificar a sua ausência, nos termos do § 1º do art. 292 do regulamento estadual;</p>	<p>Intenção de Registro de Preços 405/2026 inseridas no protocolo:</p> <p>Avaliadas, mov. 140;</p> <p>Aprovadas por Ordenador de Despesas, mov. 141.</p>
2.4. Da Fase Interna do Procedimento	
<p>Em relação à comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (inciso V do art. 72), a razão da escolha do contratado (inciso VI do art. 72), a consulta prévia da relação das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado do Paraná (inciso III do art. 148) e as declarações exigidas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 ou em regulamentos específicos (inciso IV do art. 148), tem-se que <u>deverão ser</u></p>	<p>DL/DECON</p>

Apontamentos da PRC/PGE	PROVIDENCIAS
<u>providenciados oportunamente considerando que a contratação em análise se dará mediante aviso de dispensa eletrônica.</u>	
De todo modo, necessário verificar, quando da efetiva contratação, a vigência de todos os documentos e certidões e proceder a consulta ao CADIN Estadual, GMS e CEIS , assegurando, dessa forma, que, naquele momento, a Contratada encontra-se apta e desimpedida a contratar com a Administração Pública.	DL/DECON
b) verificar, quando da efetiva contratação, a habilitação da contratada e proceder a consulta ao CADIN Estadual, GMS e CEIS;	
É indispensável, outrossim, apresentar a autorização do ordenador de despesa (inciso II do art. 148), assim como a autorização da autoridade competente (inciso VIII do art. 72), conforme parágrafo único do art. 72.	DL/DECON
2.5. Do Estudo Técnico Preliminar	
Dessa forma, recomenda-se ao órgão gerenciador que verifique se os órgãos participantes forneceram as informações necessárias à participação do SRP ou, alternativamente, que providencie a adesão pelos órgãos participantes ao ETP já elaborado, nos termos do § 2º do art. 292 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.	DOS/SEAP <i>Considerando a situação emergencial que fundamenta o presente feito, bem como o fato de que os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) mantiveram rigorosamente o mesmo teor técnico nas readequações, a evolução do procedimento restringiu-se à inclusão de novos órgãos demandantes. Informa-se que as instituições participantes formalizaram suas respectivas anuências e adesões aos termos do ETP e do Termo de Referência, conforme se verifica às fls. 75-94, 128-129 e 191-192. Diante da regular instrução e da manifestação expressa dos participantes, o órgão gerenciador optou pelo prosseguimento do certame com base nas adesões já consolidadas no processo, em estrito atendimento ao § 2º do art. 292 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.</i>
c) verificar se os órgãos participantes forneceram as informações necessárias à participação do SRP ou, alternativamente, providenciar a adesão pelos órgãos participantes ao ETP já elaborado, nos termos do § 2º do art. 292 do Decreto Estadual nº 10.086/2022;	
2.6. Do Termo de Referência	
Inicialmente, alerta-se que a descrição do serviço e sua especificação técnica deve ser a estritamente necessária e suficiente para o atendimento da situação emergencial, <u>não cabendo a este Consultivo a sua análise, visto se tratar de matéria técnica.</u>	DOS/SEAP
No caso, pode-se inferir que a emergência teve início com o encerramento de cada um dos diversos contratos de prestação de serviços continuados de Apoio Administrativo pactuados com os órgãos participantes e com o órgão gerenciador, <u>sendo a data final de cada um destes, portanto, o termo inicial a ser considerado para a duração de cada contratação.</u> Por essa razão, recomenda-se complementar o item 1.2 e demais pontos do TR que tratam sobre o prazo de vigência contratual para prever que o prazo de vigência do contrato tem início da sua assinatura e se encerrará no prazo de um ano a contar do término do contrato anterior que gerou a situação	DOS/SEAP <i>Esclarece-se que o prazo de 12 (doze) meses indicado no Termo de Referência refere-se ao período de vigência da Ata de Registro de Preços resultante da dispensa de licitação. Os contratos dela decorrentes terão eficácia a partir de suas respectivas assinaturas e vigência adstrita ao limite máximo de 1 (um) ano a contar do término do contrato anterior que gerou a situação emergencial, ou até que se conclua o tramite do regular procedimento licitatório em curso. Texto TR mantido sem alteração.</i>

Apontamentos da PRC/PGE	PROVIDENCIAS
emergencial , ou até que se conclua o trâmite do regular procedimento licitatório em curso.	
d) com relação ao Termo de Referência, complementar o item 1.2 e demais pontos do TR que tratam sobre o prazo de vigência contratual para prever que o prazo de vigência do contrato tem início da sua assinatura e se encerrará no prazo de um ano <u>a contar do término do contrato anterior que gerou a situação emergencial</u> , ou até que se conclua o trâmite do regular procedimento licitatório em curso;	
Por essa razão, recomenda-se que seja retificado o tópico 1.6.2.8 do TR para possibilitar a participação de empresas em consórcio, com as complementações necessárias no documento, ou apresentada justificativa técnica que demonstre a impossibilidade dessa forma de associação com as características do objeto.	DOS/SEAP <i>Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo. Texto TR mantido sem alteração.</i>
e) retificar o tópico 1.6.2.8 do TR para possibilitar a participação de empresas em consórcio ou apresentar justificativa técnica que demonstre a impossibilidade dessa forma de associação com as características do objeto;	
<i>In casu</i> , o certame apresenta o valor global de R\$ 52.791.452,16. Desse modo, considerando que cada contrato a ser firmado terá valor superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP , recomenda-se a retificação do tópico 7 do TR para suprimir os itens 7.1 a 7.4, mantendo apenas o item 7.5, ante a sua preponderância sobre os demais.	DOS/SEAP <i>Itens 7.1 a 7.4 suprimidos do TR. Fls. 1297 a 1381 mov. 143.</i>
f) retificar o tópico 7 do TR para suprimir os itens 7.1 a 7.4, mantendo apenas o item 7.5, ante a sua preponderância sobre os demais;	
Prosseguindo, recomenda-se a retificação do item 8.1 do TR a fim de retirar a menção feita a serviço “ <u>sem</u> fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva”, tendo em vista que o procedimento ora analisado diz respeito apenas aos postos de Assistente Administrativo, exercidos com dedicação exclusiva de mão de obra.	DOS/SEAP <i>Item retificado no TR. Fls. 1297 a 1381 mov. 143.</i>
g) retificar o item 8.1 do TR a fim de retirar a menção feita a serviço “ <u>sem</u> fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva”, tendo em vista que o procedimento ora analisado diz respeito apenas aos postos de Assistente Administrativo, exercidos com dedicação exclusiva de mão de obra;	
Todavia, cabe à Pasta retificar o item 10.1.9 do TR a fim de indicar previamente qual percentual será efetivamente exigido, em substituição à expressão “até 2%”.	DOS/SEAP <i>A recomendação foi integralmente acolhida. Informa-se que o item 10.1.9 do Termo de Referência foi devidamente retificado para substituir a expressão estimativa “até 2%” pela fixação definitiva do percentual de 2% (dois por cento). Fls. 1297 a 1381 mov. 143.</i>
h) retificar o item 10.1.9 do TR a fim de indicar previamente qual percentual será efetivamente exigido, em substituição à expressão “até 2%”;	

Apontamentos da PRC/PGE	PROVIDENCIAS
<p>Ainda sobre a Garantia, recomenda-se incluir previsão já adotada em contratações semelhantes (a exemplo do protocolo nº 23.438.333-7), no sentido de autorizar o contratante a recusar seguro-garantia que condicione o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias ao trânsito em julgado da ação de responsabilização, em contrato de prestação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra, nos moldes do modelo de redação abaixo sugerido:</p> <p>X.X No uso de seu poder discricionário, o contratante recusará seguro-garantia em desacordo com o entendimento aprovado no Parecer 00036/2024/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Advogado Geral da União em 13/08/2024, verbis: “a) não se mostra compatível com a Lei n.º 14.133, de 2021, e a Instrução Normativa SEGES/MPDG N.º 5, de 2017, a cláusula de seguro-garantia que condiciona o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias ao trânsito em julgado da ação de responsabilização, em contrato de prestação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra; e b) a apólice de seguro-garantia que contenha essa previsão é passível de rejeição, cabendo à Administração a decisão a partir dos critérios de conveniência e oportunidade.</p>	<p>DOS/SEAP</p> <p><i>A recomendação foi integralmente acolhida. Informa-se que foi incluído o subitem 11.2.2.1 no Termo de Referência, prevendo expressamente a prerrogativa de a Administração Pública recusar apólices de seguro-garantia que condicionem o adimplemento de verbas trabalhistas e previdenciárias ao trânsito em julgado de ação de responsabilização. Fls. 1297 a 1381 mov. 143.</i></p>
<p>i) no tópico 11, que trata da Garantia, recomenda-se incluir previsão já adotada em contratações semelhantes (a exemplo do protocolo nº 23.438.333-7), no sentido de autorizar o contratante a recusar seguro-garantia que condicione o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias ao trânsito em julgado da ação de responsabilização, em contrato de prestação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra;</p>	
<p>Continuando, recomenda-se a retificação do item 12.2 do TR a fim de excluir a menção feita ao “item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão”, visto que inaplicável ao presente caso de contratação direta por dispensa de licitação.</p>	<p>DOS/SEAP APÓS DL/DECON</p> <p><i>Item 12.2 retificado no TR. Fls. 1297 a 1381 mov. 143.</i></p>
<p>j) retificar o item 12.2 do TR a fim de retirar a menção feita ao “item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão”, visto que inaplicável ao presente caso de contratação direta por dispensa de licitação;</p>	
<p>Nesse sentido, recomenda-se que a Pasta avalie a possibilidade de incluir a previsão de que <u>os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador</u>, nos termos do art. 121, § 3º inciso V, da Lei nº 14.133/21.</p>	<p>DOS/SEAP</p> <p><i>Avaliou-se a viabilidade de aplicação do pagamento condicionado ao fato gerador, conforme facultado pelo art. 121, § 3º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021. Contudo, considerando a estrita natureza emergencial do presente procedimento e a premente necessidade de evitar a descontinuidade de serviços públicos essenciais, o órgão gerenciador optou por não adotar a sistemática de retenção por fato gerador ou conta vinculada neste momento. Justifica-se a medida pelo fato de que a modelagem operacional</i></p>
<p>k) no item 12 do TR, avaliar a possibilidade de incluir a previsão de que os valores destinados a férias, a</p>	

Apontamentos da PRC/PGE	PROVIDENCIAS
décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador, nos termos do art. 121, § 3º inciso V, da Lei nº 14.133/21;	desse ecossistema de fiscalização demandaria dilação de prazo incompatível com a urgência do certame. Ademais, as planilhas de custos e formação de preços colhidas junto ao mercado especializado já foram consolidadas com base na amortização e no provisionamento mensal linear por posto de trabalho, garantindo a pronta exequibilidade do contrato. Texto TR mantido sem alteração.
Com relação à repactuação, presente no item 13 do TR, o item 13.9.1 dispõe que “A repactuação de preços deverá ser pleiteada pela contratada até a data da <u>prorrogação contratual</u> subsequente ou até o termo final da vigência contratual, <u>sob pena de ocorrer preclusão lógica de exercer o seu direito</u> ”, consequência que se repete também nos itens 13.16 e 13.17. Todavia, considerando que o inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/21 expressamente prevê que são “ <u>vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso</u> ”, a pena de preclusão lógica nos casos de prorrogação contratual não se aplica ao presente caso. Assim, recomenda-se à SEAP excluir os itens 13.9.1, 13.16 e 13.17 do TR, visto que incompatíveis com o caso sob análise.	DOS/SEAP A recomendação foi acolhida. Esclarece-se que o tópico 13 do Termo de Referência foi devidamente revisado para espelhar a exata natureza jurídica do instituto da repactuação, a qual não se confunde com a prorrogação contratual. Em estrita observância ao Art. 134 da Lei Federal nº 14.133/2021, o texto passou por saneamento para prever, de forma exclusiva, as hipóteses de repactuação decorrentes de criação, alteração ou extinção de tributos, encargos legais ou superveniência de disposições normativas com reflexo direto nos preços. Informa-se, por fim, que todas as expressões que faziam alusão a “prorrogação contratual” foram suprimidas, mantendo-se ativos os itens 13.9.1 e 13.16, cujos teores restam compatíveis com o regime emergencial adotado. Fls. 1297 a 1381 mov. 143.
I) excluir os itens 13.9.1, 13.16 e 13.17 do TR, visto que incompatíveis com o caso sob análise;	
Por fim, ressalta-se que, caso sejam feitas modificações ao Termo de Referência, o novo documento deverá ser aprovado pela autoridade competente, nos termos do art. 19, § 3º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.	DOS/SEAP A recomendação foi integralmente atendida. Informa-se que, diante das alterações e saneamentos promovidos no Termo de Referência para acolhimento das diretrizes desta Informação, a versão consolidada do documento foi submetida à apreciação e devidamente aprovada pela autoridade competente, nos exatos termos do art. 19, § 3º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022. O respectivo documento de aprovação da autoridade competente conforme fls. 1457, mov. 153.
m) no caso de apresentação de novo Termo de Referência, diante das recomendações desta Informação, deverá o documento ser aprovado pela autoridade competente, nos termos do art. 19, § 3º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022;	
2.7. Do Aviso de Dispensa Eletrônica e Anexos	
Ocorre que o item 7.5 do TR já dispõe que não se aplica o tratamento diferenciado para contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno, com base no art. 4º, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133/2021. Desse modo, considerando o afastamento do tratamento privilegiado destinado às MEs e EPPs, recomenda-se a exclusão do item 3.8.2 da Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica.	DL/DECON
n) com relação à Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica, considerando o afastamento do tratamento privilegiado destinado às MEs e EPPs, recomenda-se a exclusão do item 3.8.2 da Minuta;	
No item 4.2.1, que trata dos lances, recomenda-se substituir a expressão “valor unitário por linha” por “valor unitário por item”, amoldando-se ao TR apresentado.	DL/DECON

Apontamentos da PRC/PGE	PROVIDENCIAS
o) no item 4.2.1, que trata dos lances, substituir a expressão “valor unitário por <u>linha</u>” por “valor unitário por <u>item</u>”, amoldando-se ao TR apresentado;	
Embora já conste no item 7.7.2 que a atualização dos preços registrados será feita a partir dos critérios estabelecidos no item 13 - Repactuação, do Termo de Referência, nossa recomendação é para que o tópico seja complementado a fim de disciplinar efetivamente como ocorrerá a atualização dos preços registrados, indicando principalmente o termo inicial para a atualização dos custos relativos à mão de obra e dos custos decorrentes do mercado (data da proposta) e o período a ser considerado entre cada atualização (período mínimo de 12 meses).	DL/DECON
p) complementar o tópico 7 a fim de disciplinar efetivamente como ocorrerá a atualização dos preços registrados, indicando principalmente o termo inicial para a atualização dos custos relativos à mão de obra e dos custos decorrentes do mercado e o período a ser considerado entre cada atualização;	
A atualização dos preços registrados decorre da garantia constitucional que assegura a manutenção do equilíbrio da equação econômico-financeira da proposta, <u>o que torna desaconselhável</u> a previsão de preclusão especificamente para o pedido de atualização da Ata de Registro de Preços neste caso específico de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra. A eventual desatualização do preço registrado (ante a perda do prazo pelo interessado, por exemplo) não constitui óbice para o pedido de repactuação do contrato que vier a ser firmado, de modo que a preclusão prevista no item 7.7.2.4 se revela infrutífera para o fim a que se destina, ou poderá ocasionar problemas na gestão dos contratos oriundos da ata de registro de preços. Por tal razão, recomenda-se que seja reavaliada a preclusão do pedido de atualização dos preços registrados prevista no item 7.7.2.4 da Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica e, por consequência, nos Anexos que acompanham o documento.	DL/DECON
q) reavaliar a preclusão do pedido de atualização dos preços registrados prevista no item 7.7.2.4 da Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica e demais anexos;	
A respeito do Anexo III, que trata da Minuta da Ata de Registro de Preços, especificamente em sua Cláusula Quinta, reiteramos a recomendação já lançada a respeito da Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica, a fim de disciplinar efetivamente como ocorrerá a atualização dos preços registrados, indicando principalmente o termo inicial para a atualização dos custos relativos à mão de obra e dos custos decorrentes do mercado e o período a ser considerado entre cada atualização.	DL/DECON
r) a respeito do Anexo III, que trata da Minuta da Ata de Registro de Preços, especificamente em sua Cláusula Quinta, reiteramos a recomendação já	

Apontamentos da PRC/PGE	PROVIDENCIAS
lançada a respeito da Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica, a fim de disciplinar efetivamente como ocorrerá a atualização dos preços registrados, indicando principalmente o termo inicial para a atualização dos custos relativos à mão de obra e dos custos decorrentes do mercado e o período a ser considerado entre cada atualização;	
Quanto ao Anexo IV, que trata da Minuta do Contrato, registra-se que eventuais alterações promovidas no Termo de Referência deverão ser aqui reproduzidas, no que for pertinente, especialmente quanto ao prazo de vigência do Contrato, que não será de 12 meses em todos os casos, e a complementação da Cláusula a respeito da Garantia, conforme detalhado no tópico anterior desta Informação.	DOS/SEAP APÓS DL/DECON <i>A recomendação foi integralmente acolhida. Informa-se que a Minuta do Contrato (Anexo V) passou por completa revisão e alinhamento com as retificações promovidas no Termo de Referência. Foram suprimidas todas as cláusulas que faziam menção à prorrogação ordinária do ajuste, fixando-se de forma estrita o prazo máximo de vigência de até 1 (um) ano sob condição resolutive. Adicionalmente, complementou-se a Cláusula de Garantia para prever expressamente a prerrogativa de a Administração Pública recusar apólices de seguro-garantia que condicionem o adimplemento de obrigações trabalhistas e previdenciárias ao trânsito em julgado da ação de responsabilização, em estrito cumprimento à diretriz da alínea "i".</i>
s) quanto ao Anexo IV, que trata da Minuta do Contrato, recomenda-se, de forma geral, sua adequação segundo as ponderações já realizadas em relação ao Termo de Referência, no que for comum a ambos, especialmente quanto ao prazo de vigência do Contrato, que não será de 12 meses em todos os casos, e a complementação da Cláusula a respeito da Garantia, conforme alínea "i" desta Conclusão;	
A respeito da cláusula 6, que dispõe sobre a execução e controle dos serviços, cabe à SEAP incluir nos itens 6.1 e 6.2 os prazos de recebimento provisório e definitivo já previstos no item 16 do TR.	DOS/SEAP APÓS DL/DECON <i>Esclarece-se que a simetria com os prazos de recebimento provisório e definitivo previstos no item 16 do Termo de Referência já se encontra devidamente resguardada na Minuta do Contrato. Contudo, por questões de organização e técnica legislativa do instrumento contratual, tais prazos foram estabelecidos especificamente nos itens 6.3 e 6.5 da Cláusula Sexta. Como os itens 6.1 e 6.2 tratam, respectivamente, do prazo para início da execução dos serviços e das localidades de prestação, optou-se por manter a estrutura original dos dispositivos para evitar duplicidade ou tumulto redacional, restando integralmente assegurado o mérito da recomendação.</i>
t) a respeito da cláusula 6, incluir nos itens 6.1 e 6.2 os prazos de recebimento provisório e definitivo já previstos no item 16 do TR;	
Ainda, na cláusula 10, cabe a mesma recomendação lançada acerca do TR, no sentido de que o item 10.1.9 deverá ser retificado a fim de indicar previamente qual percentual será efetivamente exigido, em substituição à expressão "até 2%".	DOS/SEAP APÓS DL/DECON <i>A recomendação foi integralmente acolhida. Informa-se que o item 10.1.9 da Cláusula Décima da Minuta do Contrato foi devidamente retificado, substituindo-se a expressão de teto "até 2%" pela fixação exata do percentual de 2% (dois por cento). A alteração confere perfeita simetria com a retificação realizada no item 10.1.9 do Termo de Referência, assegurando a necessária clareza e previsibilidade ao instrumento convocatório.</i>
u) na cláusula 10, cabe a mesma recomendação lançada acerca do TR, no sentido de que o item 10.1.9 deverá ser retificado a fim de indicar previamente qual percentual será efetivamente exigido, em substituição à expressão "até 2%";	
Por fim, consta no Anexo V a Planilha de Custos e Formação de Preços. <u>Todavia, ao que tudo indica, este anexo foi equivocadamente preenchido com o Mapa de Formação de Preços, quando, salvo engano, deveria apresentar a Planilha Individual de Custos constante no tópico 25 do TR.</u> Assim, recomenda-se a correção do Anexo V a fim de	DL/DECON

Apontamentos da PRC/PGE	PROVIDENCIAS
suprimir a Planilha de Custos e Formação de Preços e apresentar, em substituição, a Planilha Individual de Custos constante no tópico 25 do TR.	
v) quanto ao Anexo V, suprimir a Planilha de Custos e Formação de Preços e apresentar, em substituição, a Planilha Individual de Custos constante no tópico 25 do TR;	
3. CONCLUSÃO Diante de todo o exposto, tem-se que a situação do Protocolado, em tese, dá amparo à contratação direta por dispensa de licitação (art. 75, VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021), via Sistema de Registro de Preços, todavia, é necessário que se atenda, previamente, a todas as ressalvas explicitadas em negrito ao longo desta Informação (observados os §§ 4º e 5º do art. 328 do Decreto Estadual nº 10.086/2022)	
w) providenciar a autorização do ordenador de despesa (inciso II do art. 148 do Decreto Estadual de Licitações) e a da autoridade competente (inciso VIII do artigo 72 da NLLC).	DL/DECON

- Os documentos alterados foram anexados e devidamente aprovados pela autoridade competente.
- Arquivos corrigidos foram inseridos em formato editável no campo anexos do e-protocolo.

Atenciosamente,

datado e assinado eletronicamente

Raphael Batista Carnelocci
Divisão de Gestão de Contratos (DGC/DOS/SEAP)

- De acordo;
- Restituir ao DECON/SEAP.

datado e assinado eletronicamente

Vinicius Augusto Moura
Chefe de Departamento – DOS/SEAP

Documento: **INF_212202625.683.1074_ContratacaoEmergencialTerceirizadosApoioAdm.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Raphael Batista Carnelocci (XXX.506.859-XX)** em 27/05/2026 14:49 Local: SEAP/DOS/DGC, **Vinicius Augusto Moura Ribeiro da Silva (XXX.707.189-XX)** em 27/05/2026 15:39 Local: SEAP/DOS/DGC.

Inserido ao protocolo **25.683.107-4** por: **Raphael Batista Carnelocci** em: 27/05/2026 14:49.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: